
Igrejas em evidência: abordagem de temas religiosos em Grandes Expedientes da Assembleia Legislativa do RS no ano de 2018¹

Muriel Felten PINHEIRO²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Este artigo trata da visibilidade a questões relacionadas à religião em espaços de debate público. Como recorte, analisa os Grandes Expedientes da Assembleia Legislativa no ano de 2018 e identifica a visibilidade dada à religião nesses momentos em comparação com temas de interesse público, desenvolvendo a discussão em torno do interesse público e privado. Ainda, ao final, relaciona o tema ao conceito de messianismo desenvolvido por Oswald de Andrade.

Palavras-chave

Comunicação e religião; Comunicação pública; Debate público; Interesse público; Messianismo.

Introdução

No ano de 2018, atuei como assessora parlamentar de um deputado representante do segmento evangélico na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o que despertou meu interesse a respeito da ligação entre política e religião e, principalmente, como os espaços da tribuna parlamentar eram utilizados na Assembleia para reforçar esta ligação. Assim, realizei processo seletivo para mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, na linha de pesquisa de comunicação pública. O presente artigo leva em conta, portanto, o projeto proposto na seleção do mestrado. Trata-se de um estudo inicial e que merece maior desenvolvimento, considerando, inclusive, outros recortes dentro do mesmo tema. Ainda assim, acredito que seja válido levar a discussão para um grupo que estuda comunicação e religião e que poderá propor aprofundamentos e novas abordagens, como o GP de Comunicação e religião.

Assim, o tema deste artigo nos apresenta a visibilidade dada ao tema da religião, com foco nas igrejas cristãs neopentecostais, a partir da análise dos chamados Grandes Expedientes propostos pelos deputados nas sessões plenárias ordinárias no ano de 2018.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e religião, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pela UFRGS, e-mail: feltenmuriel@gmail.com.

Além disso, lança um olhar sobre a maneira como estas deferências relacionam-se com o conceito de messianismo, proposta por Oswald de Andrade (1978).

Espaço da religião no ambiente político: Os Grandes Expedientes da ALRS

Os números nos mostram a escalada religiosa na política. Nas eleições gaúchas de 2014, foram eleitos quatro deputados ligados diretamente ao segmento evangélico na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, entre os 55 escolhidos, a maior representação religiosa da casa (SILVEIRA, 2014), mesmo sendo o Rio Grande do Sul o estado com a capital de menor número de seguidores evangélicos, cerca de 11,5% da população (PRATES, 2016). Santos (2007) reflete este engajamento em sua pesquisa. Segundo o autor, hoje há um consenso entre os fiéis de que o voto é uma arma cristã. Em suas entrevistas, ele ouviu a justificativa de que é necessário eleger crentes e pastores para que estes sejam “luz do mundo e sal da terra, e evitem, com sua presença, sua voz e suas ações, leis e providências discriminatórias, injustas, exclusivistas, iníquas, que privilegiem organizações e interesses da religião dita da maioria, em detrimento do segmento evangélico” (SIDERIO, 2007, p. 75 p.89).

Como resposta a esse anseio, os deputados realizam abertamente o trabalho de valorização de denominações evangélicas. Para tornar esta percepção palpável, foi realizada uma análise geral dos temas propostos pelos deputados estaduais do Rio Grande do Sul nos Grandes Expedientes. Este momento é “a fase da sessão plenária que sucede à do Pequeno Expediente com duração improrrogável de cinquenta minutos. Destina-se aos pronunciamentos de parlamentares previamente inscritos, com duração de até vinte e cinco minutos cada, incluídos aí os apartes por eles concedidos” (DEPUTADOS, Câmara dos. 2019). Normalmente, o espaço do pronunciamento é utilizado para reforçar posicionamentos e homenagear organizações e cidadãos que trabalham em prol da sociedade. Para o estudo, os discursos propostos pelos deputados foram classificados de acordo com seu tema e área de atuação. Identificaram-se as seguintes categorias: Campo – Agricultura e pecuária, Cultura, Desenvolvimento, Diplomacia, Economia, Educação, Esporte, Política, Religião, Saúde e Social. O resultado pode ser visualizado na tabela abaixo:

Temas	Quantidade
Política	18
Cultura	15
Religião	9
Desenvolvimento	9
Educação	7
Campo	5
Economia	5
Justiça	4
Saúde	3
Social	3
Diplomacia	1
Esporte	1
<i>Não utilizou</i>	<i>19</i>

O tema Político é o mais abordado, pois engloba os discursos dos parlamentares sobre seus posicionamentos em geral, como democracia, eleições e homenagens a outros políticos, caso do Grande Expediente em memória à Marielle Franco, por exemplo. Em segundo lugar, temos a Cultura, com destaque para menções a associações culturais, personalidades da cultura e discursos sobre datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher e Consciência Negra. A temática religiosa está em terceiro lugar, com 9 Grandes Expedientes, junto com Desenvolvimento e à frente de temas fundamentais para a sociedade, como Economia, Educação e Saúde. Abaixo, segue tabela das proposições relacionadas à religião:

Grandes Expedientes com temática religiosa em 2018
18 anos do Centro de Avivamento para as Nações
Homenagem ao Trabalho Social das Igrejas nos Presídios e nos Centros de Recuperação de Drogadição do RS.

Homenagem aos 70 anos de fundação da Sociedade Bíblica do Brasil
Homenagem à Mais FM 97,9 eleita a melhor rádio Gospel do Brasil
Homenagem aos 50 anos da Convenção Batista Nacional no Brasil
Mãe Norinha de Oxalá - Uma vida dedicada à liberdade religiosa
Homenagem ao Ministério das Mulheres que Vencem
Homenagem ao Divaldo Pereira Franco
Homenagem aos 60 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular no RS

Dentro do tema religião, um Grande Expediente falou sobre Divaldo Franco, médium espírita, um homenageou Mãe Norinha de Oxalá, por sua luta em defesa da liberdade religiosa, e os outros sete foram voltados a instituições relacionadas com o segmento evangélico neopentecostal. Trata-se de homenagens a igrejas, entidades, rádios gospel. Nenhum destes abordou instituições e ações da igreja católica, que, segundo o IBGE, ainda é maior religião do Estado, com mais de 7 milhões de adeptos. A título de comparação, os autodenominados evangélicos somam aproximadamente 2 milhões de pessoas, espíritas, 343 mil, e seguidores da Umbanda/ Candomblé, 157 mil. (IBGE, 2019).

Quando olhamos o comparativo com 2017, esses indicadores se acentuam. Conforme tabela abaixo:

Grandes Expedientes com temática religiosa em 2017
Homenagem à Igreja Pentecostal Cristo Vive de Uruguaiana
Homenagem aos 200 anos de missão marista no mundo
Homenagem aos 100 anos do Centro Israelita e à imigração judaica no Rio Grande do Sul
500 anos da Reforma Protestante

No anterior, foram realizados quatro Grandes Expedientes relacionados à temática religiosa e, destes, apenas dois eram voltados às igrejas evangélicas neopentecostais. Considerando este segmento, houve um salto de 2 para 7 homenagens, crescimento de 250% de visibilidade dada a essas igrejas no parlamento de um ano para o outro.

Interesse público e debate público

Os dados coletados nos dão margem a uma série de relações a respeito da comunicação pública a partir da abordagem de interesse público. Weber (2017) situa o campo da comunicação pública destacando a interdependência entre a democracia teoricamente compreendida e as práticas da comunicação necessárias ao exercício do poder que tem

que dar conta dos discursos em nome do bem público. A autora afirma que a comunicação é inerente à democracia, e que o interesse público, a partir da legitimidade de governar representando o povo, se transforma no conceito mais importante a ser atendido e executado.

Esteves e Escudeiro (2014) conceituam o público como o “sujeito coletivo que se expressa numa esfera pública democrática na procura de um entendimento sobre questões controversas e de interesse geral” (ESTEVES, ESCUDEIRO, 2014, pág. 2). O meio por excelência para que o sujeito alcance esse entendimento é a comunicação pública, que é acionada tanto internamente, como garantia para o relacionamento interno de seus membros, quanto externamente, quando envolve o relacionamento dos públicos entre si.

Weber (2017) lembra que comunicação pública, espaço público e opinião pública formam “uma constelação conceptual que acabou por se afirmar como axial das sociedades modernas, e da qual as sociedades dos nossos dias são diretamente devedoras” (Esteves, 201, p. 145 apud Weber, 2017, p. 30). Contudo, nas democracias contemporâneas, a crescente dependência política e econômica dos governos os situam menos no cumprimento dos princípios de sua representatividade e mais na defesa de propostas autônomas, independentes das promessas em nome do interesse público, numa espécie de autogoverno. (HELD, 2002 apud Weber, 2007). No exemplo citado, é possível inferir que as escolhas dos deputados, privilegiando a visibilidade a igrejas pentecostais em detrimento de instituições laicas que realizam trabalho de promoção do bem público a indivíduos distantes dos templos, denotam o favorecimento a questões que afetam uma parcela da população, seu eleitorado, deixando de abordar aquelas que interessam ao público de forma geral.

Outro ponto de vista acerca deste tema é trazido por Weber quando aborda Manin (1995, p. 3 Apud Weber, 2017, p. 31), que analisa a democracia com parâmetros mais próximos à comunicação. Dentro de uma discussão sobre os três tipos ideais de modelos representativos, o modelo parlamentar, a democracia de partido e a democracia do público, o autor valoriza a opinião pública, o debate e o comunicador no processo político relacionado aos quatro princípios (eleição dos representantes, independência parcial dos representantes; liberdade de opinião pública e debate parlamentar) que são apropriados de modo diferenciado. O autor afirma que “na democracia do público, os

princípios são reduzidos pela personalização da política, profissionalização do discurso, proeminência da imagem na escolha de líderes, que afetam o princípio da independência parcial dos representantes” (Manin,1995, p. 29 Apud Weber, 2017, pág. 32).

O que nos interessa neste exemplo é a afirmação da autora de que esta problematização contribui para a compreensão acerca da impossibilidade do debate público orientado pelo interesse público. Como nosso caso, em que representantes personalizados apropriam o debate parlamentar para veiculação de sua religião, princípio individual e privado, se consideramos o conceito de interesse público.

Interesse público justifica as democracias e a sua tensão permanente com os interesses privados, gerando processos caracterizados por Bobbio como a publicização do privado e privatização do público. (Bobbio, 2001, p. 27 Apud Weber, 2017, p. 32). O caso do alto volume de Grandes Expedientes religiosos se configura na segunda definição, em que grandes grupos se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O exercício do poder dependerá, portanto, da legitimação aferida pela opinião pública sobre o atendimento ao interesse público em oposição ao que seria o interesse privado relacionados aos direitos públicos e privados de cada pessoa, aos direitos do Estado e a busca de crescimento diante das nações. Weber ainda afirma que interesse público, bem público, bem comum é o discurso fundador da república, é o interesse da humanidade em jogo.

A autora nos traz a compreensão de que interesse público, ainda que com indevidas apropriações, é o discurso que justifica ações e políticas do Estado, situado entre pactos e disputados entre interesses e ganhos públicos e privados. A ideia principal do interesse público é o benefício a toda a sociedade: “Ao beneficiar a todos, beneficia o cidadão individualmente, mesmo que este não seja contemplado por determinada ação” (Weber, 2007). Ela fala que há um bem que é geral e relacionado ao desenvolvimento, à cidadania, à qualidade de vida, entre outros aspectos. Se levarmos em conta a laicidade do Estado, fica ainda mais difícil classificar as seguidas homenagens a instituições religiosas por seu trabalho espiritual junto a seus membros, já que estas ações não beneficiam diretamente o sujeito coletivo da sociedade.

Weber também aborda a sensação de que o termo é abstrato. Para ela, por mais que possa parecer vago, é a aplicação normativa do interesse público que norteia a legislação e a constituição das organizações públicas. (Weber, 2017). No final do

capítulo, a autora nos traz uma afirmação que traduz o que parece ser norteadora de grande parte das escolhas de temas nos espaços de discursos da Assembleia legislativa do RS: “o debate é desejado na retórica do Estado, mas vilipendiado e adaptado estrategicamente a formatos publicitários cujos resultados possam beneficiar interesses específicos”. (Weber, 2017, p. 34).

Tais interesses ainda permanecem camuflados em uma aura de compromisso com a organização e normatização da sociedade por parte das igrejas e seus representantes no parlamento, o que justificaria a crescente ocupação de cadeiras na Assembleia e de espaços de visibilidade. Estes temas ocuparam a pauta da eleição presidencial daquele ano, evidenciando a ligação das igrejas com um projeto de poder a nível nacional, com foco nos costumes e regras morais. O crescimento do espaço dado a instituições religiosas entre o ano eleitoral e o eleitoral nos apontam para uma análise posterior, mais profunda, que aborde as conseqüências destes atos que, aparentemente, têm objetivo inocente, como uma homenagem, com a onda conservadora que está alterando leis, liberdades individuais e promovendo retrocessos em conquistas sociais dos últimos tempos.

Weber aprofunda o tema quando aborda visibilidade e debate público. Ela traz a reflexão de Wilson Gomes (2000, Apud Weber, 2017) sobre o conceito de esfera pública e *habermasiana* e define diferenças entre a esfera de “debate público”, “esfera de visibilidade pública” e “cena pública”. O debate público como necessidade e as duas formas de esfera pública com uma associação que “é tão intensa que qualquer perda numa das dimensões constitui uma perda de qualidade democrática” (Weber, 2017, p. 36). Na Assembléia, podemos entender a plenária dos deputados como um espaço da cena pública, e suas redes sociais, reproduzindo seus discursos, destacando trechos de Grandes Expedientes e gerando pauta para mídia espontânea, como a esfera de visibilidade pública deste sistema.

Weber (2017) define as redes de comunicação que envolvem o processo de comunicação pública, pensando-a em redes constituídas por públicos organizados com proximidades ideológicas, interesses comuns, interesses particulares, representação ou pela singularidade de sua natureza e ação. As redes de comunicação religiosa, foco deste estudo inicial, são constituídas de poder passional, científico e ideológico de organização e manifestação, assim como as redes de comunicação política,

comunicação social, mercadológica e científico-educacional. São grupos que estão imbuídos de interesses particulares advindas do seu corpus e que têm capacidade de mobilização para fazer valer seu viés ideológico. Além deste, temos as redes de comunicação do âmbito do Estado, com os três poderes, executivo, legislativo, Judiciário e os sistemas de comunicação pública, com o poder legal de governar e intervir, e os sistemas de comunicação mediática, com poder de visibilidade e centralização, constituídos pelas redes de comunicação mediática.(WEBER, 2017, p. 46)

Weber aprofunda a definição sobre cada rede. E, em redes de comunicação religiosa, o conceito importante é que elas são formadas por instituições cujos discursos esotéricos, espirituais, mágicos, incidem sobre ações e temas de interesse público. Mais do que isso, os discursos religiosos oferecem uma visão indissociável da verdade absoluta e que não deixa margens para argumentação, impondo um poder acima, muitas vezes, do interesse do Estado. Como já citado, os temas sensíveis são relacionados à moral, como sexualidade, aborto, eutanásia, etc. A relação entre religião e Estado é historicamente próxima, mas, ultimamente, o Brasil tem assistido a uma expansão desta rede, com ocupação de espaços no legislativo e executivo, conforme descrito através de dados no início deste artigo. Tais atores representativos das igrejas se esforçam para conformar as decisões políticas em atos de fé, e estão amparados por um sistema de comunicação estratégica das igrejas, através de propaganda e das mídias (Weber, 2017, p. 52). Acrescento, ainda, que já podemos afirmar que hoje as igrejas atuam levando em consideração as redes sociais como principal arena.

Engajamento político de evangélicos

Em seu artigo “Evangélicos e a sociedade em rede: As eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil”, Rodrigues (2019) traz conceitos interessantes sobre a participação política de seguidores de crenças religiosas. O autor identifica a participação dos evangélicos na política em três cenários: a) no congresso nacional; b) em manifestações sociais; c) na esfera virtual (redes sociais, aplicativos, e-mails).

Interessante notar que a classificação do autor reverbera a relação que Gomes traz a respeito de esfera pública e esfera de visibilidade pública. Ao levar a questão religiosa à arena de debates, como se define o plenário parlamentar, o político representante dos religiosos oferece material para crescimento da esfera de visibilidade pública, conteúdo

para circulação e fortalecimento da esfera virtual e também das manifestações das igrejas e instituições ligadas à religião.

Ele cita Castells (2005) para classificar a realidade virtual com capacidade para absorver “toda experiência humana, passado, presente e futuro” (CASTELLS, 2005, p.450 apud RODRIGUES, 2019, p. 170). Ainda, afirma que as redes sociais virtuais enfraquecem a mídia tradicional, ainda que estas últimas tenham conteúdo focado naquele público, razão dada para justificar a escolha em focar no universo de interação virtual dos evangélicos. Para ele, na sociedade imediatista atual, a interação e a doutrinação são muito mais eficientes nestes canais do que a transmissão pelo contato direto da distante autoridade carismática, como é o caso da TV. O conceito se aplica à realidade estudada, já que os deputados investem cada vez mais em suas próprias redes sociais sem atenção à reverberação destes conteúdos em mídias tradicionais de massa, concentrando os esforços para tais mídias em assuntos que de fato sejam de interesse público da sociedade como um todo. O autor comenta ainda que os indivíduos não institucionalizados, aqueles que compartilham das crenças e ideologias afinados com as evangélicas, mas estão afastados das instituições religiosas, veem nas redes sociais uma maneira de amplificar e reforçar seu ponto de vista a partir da aproximação com pessoas de pensamento semelhante e, assim, pertencerem a um grupo. Como contribuição adicional, podemos dizer que as instituições se valem desta facilidade proporcionada pelas redes sociais para captar os indivíduos não institucionalizados novamente para dentro da instituição, utilizando o espaço alcançado na esfera pública como motor de aceleração. Isso nos permite supor, ainda que de forma inicial, que o crescimento surpreendente das igrejas e de sua influência política se dá a partir da estratégia de sua rede de comunicação nas redes sociais que, a partir do compartilhamento de conteúdo ideológicos, reforçam seu posicionamento e reintegram os indivíduos afastados, mas que concordam com suas crenças, de volta às instituições.

Agentes religiosos na esfera pública

Além da discussão inicial sobre a movimentação dos evangélicos em questões políticas, outra abordagem pode ser levantada é do ponto de vista dos agentes religiosos que ocupam os espaços de poder na esfera pública, como deputados, senadores e líderes de governo. Sobre isso, é possível resgatar a análise do conceito de messianismo e o impacto de dogmas e princípios religiosos na sociedade ao longo do tempo. Para tanto,

trabalhamos o conceito de messianismo para então relacioná-lo com a realidade estudada.

O messianismo está no fundo do monoteísmo, historicamente, no ocidente, e remonta ao início do judaísmo, mais precisamente no antigo testamento. Logo nos primeiros capítulos de Gênesis, [após a Queda do Homem](#), encontramos a promessa sobre Aquele que esmagaria a serpente: “E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (BIBLIA, Gênesis, 3:15). O messias segue sendo esperado ao longo de todos os livros do antigo testamento e, com a chegada do messias cristão, funda o próprio cristianismo. Mais tarde, no século VI, Maomé cria o islamismo. (SIAT, 2000). Em suma, o messianismo é algo bem mais complexo, mas que está no berço de nossa civilização e que funda esses modos de vida. Esta conceituação será aprofundada posteriormente para que, aqui, possamos abordar os demais pontos da investigação.

A crítica à cultura messiânica foi apresentada por Oswald de Andrade em 1950, no capítulo *A crise da filosofia messiânica* (Civilização Brasileira, 1978). Neste texto, central para a compreensão do tema, o autor traça um panorama da divisão da humanidade, começando pela diferenciação de dois hemisférios culturais que dividem a história: matriarcado e patriarcado. Aquele fruto da sociedade primitiva, sem classes, este da civilizada, onde os homens se diferenciam por classes. Daquele, surge a cultura antropofágica, em que os homens se devoram, se usufruem; Deste, surge a cultura messiânica, em que o homem faz do homem seu escravo.

Nesta luta de classes, a sacerdotal se sobrepõe às demais, lançando ao mundo a ideia de um ser supremo, que distribui recompensas e punições. Esta é a relação central do patriarcado com o messianismo pois, sem a expectativa de uma vida futura, seria difícil suportar a realidade a que as classes dominadas eram submetidas. “A história do sacerdócio caracteriza-se como fonte do que Friedrich Nietzsche havia de chamar a Moral de Escravos” (ANDRADE, 1978, pág. 82).

Passando pela reforma de Lutero, que promove a cisão da religião de Cristo e dá novos olhares à servidão, colocando a burguesia no lugar de mercedores do amor divino, Andrade denuncia o deslocamento do messianismo para o mundo material, a partir da lógica marxista:

Quem poderia prever, quem ousaria sonhar que o Messianismo em que se bipartiu a religião do Cristo (Reforma e Contra-Reforma) iria medrar no terreno sáfaro das reivindicações materialistas do marxismo? (ANDRADE, 1978, pág. 119 – 120)

É o que o chama de o novo messianismo. Mais adiante, ele nos dirá que o comunismo seguiu com a economia do haver (patriarcado) em detrimento da economia do ser (matriarcado). Em suma, o messianismo acaba por consolidar-se como pano de fundo de toda a cultura ocidental, estando o patriarcado sempre presente de uma forma outra de outra na vida mundana.

Já no livro *O Reino e a Glória*, Agamben (2011) traz uma impressionante crítica arqueológica do poder moderno:

Agamben desloca agora o foco de análise para os primeiros séculos da teologia cristã, e explora como a consolidação paulina e patrística da comunidade messiânica nos termos helênicos de uma “economia”, e não de uma “política”, acabou por determinar uma série de transmutações conceituais fundamentais no conceito de governo. Estas transformações, por sua vez, teriam fornecido a base teológica oculta do paradigma do poder moderno como “gestão de coisas e pessoas” ou “governamentalidade”, conceito apropriado desde a basilar obra de Michel Foucault, autor ao qual Agamben alega se vincular (SORDI, 2013, p. 1).

De forma geral, neste livro o autor aborda o deslocamento da ideia trinitária, que foi inserida pelos padres católicos como a economia divina. Agamben reconstrói a maneira através da qual o conceito de oikonomia transladou-se do seu sentido original na filosofia grega como “ciência da administração doméstica” para uma ideia teológica forte de economia como governo ou administração divina do mundo. Segundo o autor, “a teologia continua presente e atuante no moderno de maneira eminente” (AGAMBEN, 2011, p. 16).

Assim, para o autor, a secularização do mundo moderno não significa o enfraquecimento da dimensão religiosa, mas pelo contrário, seu estudo busca investigar como a teologia fez-se secular, ou seja, abandonou o campo meramente religioso para integrar-se no mundo, principalmente no universo político. O novo Estado Moderno, que substituiu a universalidade cristã, formada pela união medieval entre igreja e império – pela individualidade do soberano político, é o primeiro movimento que preenche o espaço deixado pela desestatização da religião. Nas democracias modernas, a relação seria mais sutil, mas permaneceria ativa. Assim como a trindade traz as três faces de um mesmo Deus, os três poderes constituiriam as várias facetas de um mesmo sistema. Assim, Agamben se refere ao “novo espírito do capitalismo” como teologicamente animado, isto é, calcado sobre a crença providencial numa “mão invisível” do mercado que governaria as relações humanas em suas operações mundanas; uma imagem bastante próxima, portanto, da ideia de um Deus que governa as criaturas com brandura e sem violência, como se elas governassem a si próprias.

A retórica messiânica, portanto, vem sendo reforçada dentro da democracia em toda a modernidade, mantendo os elementos teocráticos e a crença em diretor invisível. O reforço desta cultura no ocidente se dá, principalmente, a partir dos discursos políticos e religiosos, que constituem parte interessada no exercício do poder. Sob este aspecto, é Foucault que traz luz à discussão a partir dos conceitos apresentados em seu livro *A ordem do discurso* (edições Loyola, 2014 – 24 ed.). Segundo o livro, pronunciado na aula inaugural do College de France, em 1970, o discurso exerce uma função de controle, de limitação e validação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais. O discurso, portanto, não é um encadeamento lógico de frases e palavras que pretendem um significado em si, mas, antes, ele se colocará como um importante instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social. Deixa de ser, portanto, um representante dos sentidos pelos quais se luta e/ou se debate para ser, então, um instrumento do desejo. (FOUCAULT, 2014). “o discurso, longe de ser [...] [um] elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e política se pacifica [...] [é, antes,] um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Outro argumento de destaque afirma que o discurso é o encadeamento entre significantes e outros discursos externos. O discurso não direciona seu foco no

significado, mas, antes, no significante, ou seja, no imaginário dos receptores desse discurso. A reprodução do o discurso é “de” e “para” esse imaginário, objetivando a consolidação e propagação de determinada lei, regra, norma, valores, etc. (FOUCAULT, 2014). Para Foucault, outra questão importante é que a estrutura social responsável pela manutenção desses valores dispõe de rituais e estratégias específicas de validação e disseminação dos discursos, o que o transforma em expressão social e, por isso, oficialmente aceita.

Considerações finais

A partir do recorte de tema proposto neste estudo, é possível visualizar a relação do conceito de messianismo trazido por Andrade e a sua profanação no mundo moderno, saindo do universo meramente religioso para ocupar espaço no mundo democrático. A cultura patriarcal e messiânica segue como pano de fundo dos discursos políticos e também dos religiosos.

Os agentes políticos que se posicionam como representantes religiosos, ao utilizar a esfera pública para levar luz aos interesses das denominações religiosas com as quais têm afinidade ou representam, além de privilegiar os interesses de sua parcela do eleitorado, deixando à margem do debate questões que abordam o interesse de toda a população, também atuam reforçando o conceito de messianismo, no momento em que se colocam eles mesmos como representantes de um poder divino, que naturalmente têm o direito de decidir as regras de convivência em sociedade.

Trata-se da personificação do melhor caminho a seguir, o que enfraquece a participação dos indivíduos integrantes dessas comunidades no debate público e na construção de argumentos complexos e que possam colaborar para uma discussão que nos leve ao desenvolvimento humano e cultural. Longe de questionar a fé, que é do âmbito privado e individual, lançamos a reflexão, a partir do estudo sugerido, do quanto a influência da religião pode desviar o Estado de sua laicidade, do seu compromisso com o interesse público e da promoção do engajamento dos cidadãos no debate público com vistas à evolução de nossa sociedade.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas VI**. Do pau Brasil `Antropofagia e às Utopias. Manifestos, teses, de concurso e ensaios. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1978 - 2 ed.

ANGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo.** HomoSacer II. São Paulo: Boitempo, 2011

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. **Grande Expediente.** Porto Alegre, 2019. <http://www2.al.rs.gov.br/dal/Sess%C3%A3oPlen%C3%A1ria//GrandeExpediente/tabid/3686/Default.aspx>. Acesso em 30/06/2019

BÍBLIA, A. T., Gênese. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos.** Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 5.

CONGRESSO NACIONAL. **Glossário de termos legislativos.** Brasília, 2019. https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario/-/definicoes/termo/grande_expediente. Acesso em 30/06/2019.

ESTEVES, João Pissarra; ESCUDEIRO, Regina Celia. **O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como *topos* da comunicação pública.** Revista Comunicação pública. Vol 10, nº 17, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/915>. Acesso em 30/06/2019.

FOUCAULT, Michel Foucault. **A ordem do discurso.** Aula inaugural do College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em síntese: amostra – religião.** Brasília, 2019. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/22107>. Acesso em 30/06/2019.

PRATES, marcos. **As capitais mais e menos evangélicas do Brasil.** Portal Exame. Set. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-capitais-mais-e-menos-evangelicas-do-brasil/>. Acesso em 04/08/2018.

RODRIGUES, Nelson Lellis Ramos. **Evangélicos e a sociedade em rede: as eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil.** Revista Reflexus. Ano XIII, Vol. 21, 2019/1. Acesso em 26/06/2019.

SANTOS, José Sidério dos. **Política e religião: um estudo da bancada evangélica eleita por São Paulo em 2002.** 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SIAT, Janine. **Religiões monoteístas: uma brevíssima introdução.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

SILVEIRA, Jaqueline. **Representação religiosa na Assembleia Legislativa é reforçada com o resultado das urnas.** Portal Sul 21.Out. 2014. Disponível em <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2014/10/representacao-religiosa-na-assembleia-legislativa-e-reforcada-com-o-resultado-das-urnas/>. Acesso em 04/08/2018.

WEBER, Maria Helena Weber. **Nas redes de Comunicação pública, as disputas de poder e visibilidade.** In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos. Comunicação pública e política: teoria e prática. Florianópolis: Insular, 2017. P. 23-58.